

Desafios para o Brasil

A competitividade da carne bovina na União Européia

Ricardo Cotta Ferreira¹

Resumo: O Brasil vem conseguindo se firmar como maior exportador mundial de carne bovina em volume desde 2003. Suas vantagens comparativas estão relacionadas a uma série de fatores que vão desde a grande extensão territorial que propicia um reduzido custo de investimento relativo em imobilizado, ao clima tropical que propicia boas pastagens em praticamente todo o ano. Porém, o crescimento apresentado ainda se encontra bem aquém da capacidade produtiva e exportadora do País, em virtude principalmente do excessivo protecionismo internacional dos principais mercados. Este trabalho buscou analisar as principais formas de proteção praticadas pelo mais importante mercado importador de carne bovina brasileira, a União Européia. Analisou-se desde as barreiras relacionadas ao acesso a mercado, quanto as ajudas internas e os subsídios às exportações praticadas, através de sua Política Agrícola Comum. Buscou-se avaliar ainda o impacto do ingresso dos dez novos membros no bloco no que tange ao consumo e à produção de carnes. Por fim, calculou-se os custos embutidos em cada passo do processo de internalização da carne brasileira naquele mercado, assim como sugeriu-se correções na cadeia com a finalidade de contribuir para permitir uma maior agregação de renda na cadeia da pecuária de corte no Brasil.

Palavras-chave: exportação de carne, carne brasileira, mercado exterior.

Introdução

Nos últimos cinco anos o Brasil deixou o quinto lugar no ranking de maior exportador de carne bovina para assumir a liderança mundial nesse setor em 2003. Porém, para que o País continue apresentando taxas de crescimento sustentáveis no futuro, precisa ampliar seu Acesso a Mercados, seja para países que já exportam, seja em novas fronteiras.

O atual momento é ímpar nas discussões sobre a busca de um comércio internacional menos distorcivo e mais justo. O lançamento da Rodada do Desenvolvimento da OMC em Doha com um mandato claro sobre reduções do protecionismo nos três pilares do Acordo sobre

Agricultura (AoA) precisa ser cumprido. O recente *framework* deverá ser aprimorado com modalidades até a próxima reunião ministerial marcada para o final de 2005 em Hong Kong, porém já ficou claro que pouco progresso será alcançado no pilar Acesso a Mercados a produtos considerados sensíveis. No âmbito regional, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) encontrou um caminho possível na reunião ministerial de Miami com uma declaração considerada fraca e pouco ambiciosa. Resta o acordo bi-regional UE-Mercosul, que depois de muita discussão, trocaram ofertas e, como esperado, de conteúdo muito aquém dos anseios do setor privado agrícola brasileiro.

Especificamente para a carne bovina, por ser um dos produtos mais protegidos e subsidiados

¹ Economista, M.Sc. em Economia Aplicada, pela Esalq/USP, diretor do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio SRI/Mapa, ricardocotta@agricultura.gov.br

do mundo, precisa-se buscar um melhor entendimento das políticas adotadas por esses países, a fim de que um dia possam ser negociadas ou até mesmo contestadas. As políticas adotadas pela União Européia (UE) nesse setor são consideradas as mais distorcivas possíveis, pois além de dificultarem o acesso a mercados com picos tarifários, despendem bilhões de Euros, anualmente, sob a forma de medidas de apoio interno que acabam gerando excedentes que precisam ser exportados.

Este trabalho tem como finalidade analisar as atuais políticas adotadas pela UE nos três pilares básicos do AoA da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o quanto prejudicam o setor de carne bovina no Brasil. Busca-se ainda identificar quem está perdendo e quem está ganhando com o atual sistema em vigor e o que pode ou deve mudar nos próximos anos.

A carne bovina no mundo

Apesar de ter apresentado um crescimento produtivo mundial, segundo a FAO (2003), de 53% entre 1970 e 2003, chegando a 58 milhões de toneladas equivalente carcaça (t.e.c.) no final desse período, proporcionalmente, a produção de carne bovina não pára de cair quando comparada com as outras carnes. Do total domínio produtivo nos anos 70, quando participava com 46,3% da produção mundial de carnes, foi perdendo espaço no decorrer das décadas até ser ultrapassado pela carne suína nos anos 80 e, mais recentemente, pelo frango.

Na década de 70 houve uma perda de 10% na produção de carne bovina que foram praticamente transferidos para o aumento do consumo de carne suína. Esta, por sua vez, manteve-se praticamente estável durante as três décadas seguintes, representando aproximadamente 43% do consumo mundial. Porém, a grande revolução nos últimos anos aconteceu com o frango: o produto apresentou a maior ascensão recente, quando saiu de uma participação de 11,5%, em 1970, para 28,6% em 2003, tomando o espaço, novamente, da carne bovina e só não

ameaçando a hegemonia do suíno, que detém na China praticamente 50% da produção mundial. Mudanças para as próximas décadas ficam, então, dependentes do hábito de consumo a ser adotado nos países em desenvolvimento, com grande peso para o consumo chinês que, se continuar contando com as grandes taxas de crescimento do PIB apresentadas nos últimos 15 anos, deverá passar por uma transformação no consumo de alimentos. Estima-se que a maior ampliação ocorra exatamente no consumo de carne bovina, em função, basicamente, de seu atual reduzido volume per capita consumido (4 kg/hab/ano) e da influência da ocidentalização cultural que normalmente acompanha o desenvolvimento econômico. Um estudo da Ryukoku University do Japão, Simpson (2003) projetou o crescimento do consumo e produção de carnes na China e indicou que o consumo per capita de carne bovina deverá ser de 5,5 kg em 2010, 6,5 kg em 2020 e 7,5 kg em 2030. Esse fator poderá reverter o processo de estagnação de consumo mundial que a carne bovina vive atualmente, ao contrário do que vem ocorrendo com o consumo de frango e suíno, que só cresceu na última década.

A produção de carnes, por sua vez, deverá seguir a trajetória do consumo. A ampliação da produção tenderá a se desenvolver nos países em desenvolvimento e a estagnação, com vistas a uma redução, deverá ser observada nos países desenvolvidos. Porém, a velocidade desse crescimento estará diretamente relacionada ao sucesso nas negociações internacionais, significando uma diminuição do protecionismo e a conseqüente redução dos preços pagos pelo consumidor.

Com relação ao comércio internacional, semelhanças à análise da produção e consumo são notórias. Enquanto houve apenas um pequeno crescimento nas transações internacionais de carne bovina na última década, situando-se atualmente no patamar de 6 milhões de toneladas, houve um incremento substancial do comércio de carne suína (+100%) e de frango (+160%) desde 1990.

Atualmente, o comércio internacional de carne bovina é dominado por um reduzido número

de países, e os cinco principais representaram 74,5% em 2005. Do montante (53,3 milhões) de carne bovina produzido, o que é exportado ultrapassa os 13% ou 7,1 milhões de t.e.c., o que demonstra a dificuldade encontrada nesse mercado.

Protecionismo internacional na carne bovina

As duas recentes crises relacionadas à sanidade animal (BSE e FMD) vividas pela Europa trouxeram questionamentos à população quanto ao tipo de agricultura que a Política Agrícola Comum (PAC) incentiva. Contribuíram também para aproximar as grandes redes de supermercado aos seus fornecedores. Mas, a principal mudança foi na estrutura executiva dos países ao tratamento dado à agricultura. Muitos ministérios desviaram o foco anteriormente dado à produção agrícola para a garantia da segurança dos alimentos.

A OCDE (2003) divulgou o montante de subsídios que o produtor recebe, assim como o percentual do faturamento bruto das fazendas que é proveniente de transferências dos consumidores para os produtores. No caso da carne bovina este ficou em 36% em 2002; já o arroz chegou a 80%. Analisando individualmente o dispêndio monetário concedido por produto, constata-se que a carne bovina só perde para o leite como o produto mais subsidiado no mundo. O PSE da carne bovina foi de US\$ 30,65 bilhões em 2002, ou quase 10% de todo o montante dos subsídios concedidos à agricultura pelos países ricos. Na União Européia, o equivalente a 91% da receita das produções de carne bovina foram provenientes de programas governamentais e de transferências dos consumidores por estarem pagando preços muito mais altos devido aos elevados impostos de importação. Esse montante apresentou grande ascensão desde 1993, quando era de 51%. Porém, o aumento extra apresentado nos últimos dois anos foi decorrente do suporte dado para a superação das duas crises sanitárias vividas nesse período: a BSE (vaca louca) e a FMD (febre aftosa). Assim, pode-se resumir dizendo que o subsídio ao produtor de carne bovina da UE, segundo o Meat and Livestock Australia (2002b) é de aproxima-

damente €13.500 por fazenda por ano, significando um total de €970 por animal abatido em 2001.

Produção e inserção internacional da carne bovina brasileira

O crescimento de 44,7% na produção de carne bovina no Brasil, nos últimos dez anos (1996 a 2005), foi recorde mundial, porém o país ainda se encontra muito aquém de sua capacidade. Praticamente todo esse aumento produtivo teve como destino os mercados externos que cresceram 654% no mesmo período, enquanto o consumo interno per capita cresceu apenas 6,0%. Como consequência, em 2005 as exportações já representavam 24% da produção nacional.

Como pode ser observado na Fig. 1, as exportações de carne industrializada bovina brasileira apresentaram crescimento bastante inferior ao montante da carne in natura nos últimos 10 anos. Enquanto a primeira cresceu 80% para a UE, a segunda mais do que triplicou (466%) seu volume. Para o restante do mundo, a discrepância foi ainda maior: crescimento de 478% de industrializada e de 7.695% de carne in natura para o resto do mundo, quando o Brasil pouco exportava em meados da década de 90.

Porém, essa ampliação das exportações foi conseguida através de uma grande redução nos preços médios da tonelada exportada. Somente nos últimos cinco anos, essa redução em dólares foi de 65% nos preços médios da tonelada exportada. Como consequência, o Brasil necessita agregar valor ao seu produto e recuperar os preços médios da tonelada exportada. Existem basicamente dois caminhos para tal feito: melhorar a qualidade do produto exportado e reduzir as tarifas de importação vigentes nos mercados compradores.

O mercado de carne bovina na União Européia

Foi impressionante como a União Européia conseguiu recuperar a confiança de seus consumidores tão rapidamente depois dos

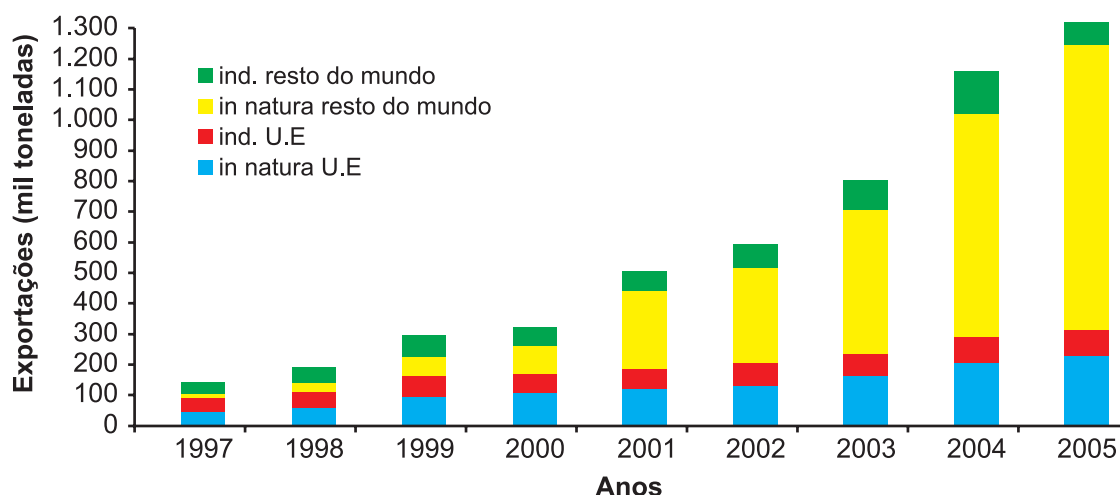


Fig. 1. Exportações brasileiras anuais e extratificadas por destino.
Fonte: Brasil/MDIC (2006).

episódios da doença da vaca louca (BSE) e da febre aftosa. Porém, bilhões de Euros foram investidos para atenuar a crise, seja no abate de animais suspeitos, seja em marketing. O fato é que após esses acontecimentos a Europa passou a investir ainda mais em segurança alimentar e essa exigência é repassada também aos produtos que são importados.

Passou a ser exigida a rastreabilidade e foi criada uma série de selos de qualidade de alimentos e instituições de promoção da carne.

Entretanto, a carne brasileira nas gôndolas dos supermercados não tem qualquer destaque, estando lá pela razão preço. As lojas tentam esconder ou desviar a atenção dos consumidores da denominação de origem, enquanto os supermercados preferem adotar a compra social, expondo produtos de origem regional.

Atualmente, a produção de carne bovina na UE parece ter se recuperado dos traumas, voltando ao patamar de 7,3 milhões de toneladas equivalente carcaça (t.e.c.) em 2005, depois de ter reduzido para 6,9 milhões de t.e.c. em 2001. O consumo interno seguiu a mesma tendência atingindo a cifra de 7,59 milhões de t.e.c. Isto demonstra que a UE já não é mais auto-suficiente em carne bovina e este status deve apresentar pequena elevação ano a ano. Enquanto as exportações estão apresentando tendência de

queda, reduzindo 42% desde o ano 2000, as importações seguem tendência oposta, fechando 2003 com 543 mil t.e.c. e com projeção de superar 600 mil já em 2005.

Do total exportado pela UE, mais da metade tem como destino a Rússia (238 mil t.e.c. em 2003) e o restante para alguns países africanos. Praticamente toda a exportação é beneficiada de restituição (subsídios às exportações). Do total das importações europeias, o Brasil é o grande fornecedor, participando com mais da metade do volume total, sendo 40% de carne fresca, 67% de congelada e 75% de carne industrializada e o volume tende a crescer nos próximos anos. A defasagem produtiva (produção – consumo) no final desse período seria de aproximadamente 600 mil t.e.c. para a UE-15, e não seria muito diferente com a inclusão dos dez novos membros. Considerando fixas as exportações ao redor das 300 mil t.e.c., o déficit subiria para 900 mil t.e.c.

Os preços internos da carne bovina na UE estão em ascensão, desde que chegaram ao fundo do poço durante o ápice da crise da BSE, no final do ano 2000. Em 2004, os preços internos iniciaram ainda mais elevados do que no período pré-BSE, atingindo 2.800 €/t.e.c. Esse fator interno, aliado à alta cotação do Euro, deve influenciar as importações, mesmo que sejam feitas em *Full Levy*.

A Política Agrícola Comum (PAC) e o impacto no mercado de carne bovina

Todo o sistema de produção agrícola europeu é sustentado e orientado pelas regras governamentais estipuladas pela PAC. Esta foi revisada no final da década passada quando ganhou a denominação de Agenda 2000 e, mais recentemente, passa por outro e mais intenso processo revisório que ainda não está plenamente definido, mas começou a entrar em vigor em 2004 para alguns produtos e até 2007 para todos. Ao se falar em reformar a PAC, não se questiona se deve ou não continuar apoiando a agricultura europeia, mas apenas como devem ser aplicados esses subsídios.

Especificamente para a carne bovina, a Agenda 2000 promoveu um corte de 20% nos preços de intervenção, criando um novo mecanismo para constituição de estoques privados e promoveu, como fins de compensação, um aumento no montante dos *premiums* já estabelecidos, além da criação de novos. Porém, esse sistema ainda está diretamente relacionado à produção e deverá ser revisto no próximo ano para se adequar à desvinculação recém-aprovada.

O objetivo atual da reforma é claro: mudar o apoio dos produtos para os produtores e assim transferir os fundos do primeiro pilar da PAC (apoio ao mercado e à renda) para o segundo (desenvolvimento rural) e seus principais elementos são:

- A definição dos orçamentos 2004-2006 e 2007-2013 já com o alargamento da UE-25.
- A desvinculação dos pagamentos dos subsídios ao volume de produção (decoupling), mudando o apoio do produto para o produtor.
- O cross compliance significando que cada propriedade somente será elegível do recebimento dos pagamentos se cumprir os requisitos relacionados às preocupações não comerciais, tais como meio ambiente e bem-estar animal, sendo investigada através de auditorias anuais.

- A modulação que entra em vigor com a finalidade de reforçar o Desenvolvimento Rural. Trata-se de um imposto sobre os subsídios totais pagos aos produtores, que vão de 3% em 2005 até 5% em 2007.

Assim, analisando-se a PAC sobre o âmbito do Acordo Agrícola (AoA) da OMC, observa-se uma clara tendência de reduzir os subsídios da caixa amarela em detrimento da caixa verde. Com a nova PAC, haverá uma redução de €44 bilhões para pouco mais de €20 bilhões da caixa amarela entre a última notificação de 1999 até o final de 2007, estando pendentes ainda novas reduções que possam ocorrer a partir dessa data. Assim, há uma preparação da política interna que pode ser eventualmente exteriorizada em uma flexibilidade nas negociações multilaterais no âmbito das medidas de apoio interno.

Com a Reforma de Meio Termo da PAC, a previsão da Comissão Europeia com relação ao mercado de carne bovina e sua desvinculação da produção é de pequeno aumento na produção para 2004 e 2005, com redução nos preços de 2,4% no primeiro ano e 5,2% no segundo. O ano de 2006 seria de equilíbrio, o que inverteria a tendência para posteriores queda de produção, que pode chegar a 10% até 2009, e aumento significativo nos preços. Essa queda na produção seria decorrente, principalmente, da redução do número de matrizes de corte em 14%. Porém, tudo dependerá da reação dos produtores com relação às regras de implementação do decoupling para a produção de carne bovina, que ainda não foram definidas pelos diferentes países, assim como as referentes à produção de grãos e lácteos.

Apesar de a inclusão dos dez novos membros na UE agregar aproximadamente cem milhões de novos consumidores, não deverá haver uma mudança muito significativa no mercado de carne bovina. Isto porque esses países são mais orientados tradicionalmente à produção e consumo de carne suína e mais recentemente de frango, deixando a carne bovina para um segundo plano. A expectativa da Comissão Europeia é de que haja uma redução na produção de carne bovina em 22% até 2008, contra uma recuperação na produção de carne suína e de frango nesse mesmo período (Tabela 1).

Tabela 1. Produção e consumo per capita de carne nos países da CEEC-10 (em mil t.e.c.).

Tipo de carne	Produção t.e.c.	Per capita kg/hab/ano	Produção t.e.c.	Per capita kg/hab/ano	Δ 2000-2008	Δ 2000-2008
	2000		2008		Produção	Per capita
Bovina	1.023	9,6	800	9,2	-22%	-4,2%
Suína	4.180	41,1	4.634	42,1	+11%	1,7%
Frango	1.737	15,4	2.123	19	+22%	23,4%

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias (1997).

Praticamente todos os dez novos países apresentaram grande redução da produção de carnes nos anos 90. A principal razão foi a redução do poder aquisitivo no início do período de transição econômica com o fim da União Soviética e que não conseguiu ser totalmente recomposto com a recuperação da economia na segunda metade da década de 90. Por sua vez, como a produção caiu mais que o consumo, a carne ficou cara para os consumidores. Aliado a este fator, houve um grande ingresso de novos produtos cuja população dos antigos países comunistas estavam ávidos para consumir e que passaram a competir com as carnes, mudando radicalmente o hábito tradicional de consumo. A grande queda na produção se deveu ao fim dos subsídios, aliado ao incremento nos preços da ração e à nova orientação da produção para o mercado que explicitou a baixa competitividade desse setor. O montante de subsídios antes concedido à produção de carne bovina pode ser estimado pela observação dos valores de consumo anteriores ao período de transição, quando o consumo per capita, em muitos desses países, era superior ao da própria Europa Ocidental.

Para os próximos anos, a Comissão Europeia espera um crescimento no consumo geral de carnes, de 5,3% até 2008 para esses países. Mas, praticamente, toda essa elevação se dará na ampliação do consumo de frango (+23,4%). Para a carne bovina a estimativa é de uma pequena queda de 4,2%.

A PAC para a carne bovina

A produção de carne bovina na UE conta com um forte apoio aos preços e uma série de

programas (*scheme*) e subsídios (*premium*) que transforma o simples ato de produzir em um grande trabalho burocrático de preenchimento de papéis para o governo, com a finalidade de se ter uma renda atrativa na atividade. O problema é que, com a clara falta de competitividade, o setor está precisando cada vez mais de ajuda governamental para sobreviver e os que continuam na atividade estão sempre descontentes.

Todos os gastos com os premiums são regulados por quotas de produção animal introduzidas em 1993 e que são agora negociadas no mercado livre. Em 2002, o montante total do orçamento da CE destinado à intervenção nos produtos agrícolas foi de € 35,23 bilhões. A pecuária bovina foi a atividade que mais absorveu esses recursos (€ 6,68 bilhões) se não for considerada a cultura de grãos como única. Toda reivindicação de recebimento dos prêmios deve ser embasada na declaração do Sistema de Rastreabilidade (CTS) do BCMS².

Os dois principais pagamentos são:

Beef Special Premium (BSP) – pago para todo animal macho (€ 210 por touro).

Suckler Cow Premium (SCP) – pago para as vacas usadas para alimentar bezerras destinados para corte (€ 200 por vaca a cada ano).

Aqueles que recebem o BSP ou o SCP são também elegíveis para receber o *Extensification Payments*, de acordo com a densidade de seu estoque animal com relação à sua área (€ 40/ano se densidade for entre 1,4 e 1,8 UA/ha e € 80/ano se for < 1,4 UA/ha).

² Similar ao SISBOV nacional.

Todos os pecuaristas ainda são elegíveis de receber o *Slaughter Premium* que são pagos a todos os animais enviados para abate. São dois tipos de esquema: o *Slaughter Premium Scheme* para os animais adultos (€ 80 por animal) e o *Veal Calf Slaughter Premium Scheme* (€ 50 por animal) destinado para o abate de vitelos.

Além dos pagamentos na forma de prêmios, tem-se ainda como instrumento de apoio doméstico a garantia de preço por intervenção. A intenção é ter um piso para a carne bovina produzida na UE de 20% acima das cotações internacionais. Atualmente, o gatilho é disparado quando os preços médios batem o piso de €1.560/tonelada para compra de intervenção e de €2.290/tonelada para a liberação de dinheiro para se fazer estoque privado. Já a rede de segurança ou de intervenção entrará em funcionamento quando o preço de mercado em qualquer Estado Membro ficar inferior a 1.560 €/t.e.c. durante duas semanas consecutivas ou representar 70% do preço básico desde 2002.

Em Acesso a Mercados, a UE pratica picos tarifários em praticamente todos os itens significativos ao comércio internacional de carne bovina. Esses picos tarifários são normalmente aplicados sob tarifas compostas (*ad valorem* mais específica). Utilizam ainda do sistema de quotas

tarifárias (TRQs) para limitarem o acesso que são obrigados a conceder pelo AoA da OMC sob a aplicação de tarifas reduzidas.

Os poucos produtos de carne bovina sobre os quais incidem apenas tarifas *ad valorem* são os de menor importância para o mercado europeu.

Qualquer corte com osso é proibido de ser exportado pelo Brasil para o mercado europeu devido a barreira de ordem sanitária (febre aftosa). Para os cortes desossados tem-se a carne resfriada ou fresca, onde a UE concedeu uma quota de 5 mil toneladas para o Brasil, denominada "Quota Hilton", quando importado dentro de seu limite, é aplicada uma tarifa *ad valorem* de 20% sobre o valor da mercadoria e do frete (C&F). Para importações que excederem esse montante, aplica-se a tarifa composta, denominada Full Levy, variando de acordo com a posição tarifária, conforme Fig. 2. Na maior parte das vezes o equivalente tarifário ultrapassa os 100%, chegando a quase 200% em algumas posições e quando os preços internacionais estão reduzidos. Outros países bem menos expressivos que o Brasil na pecuária conseguiram volumes mais significativos dessa quota. A distribuição dessa quota entre os frigoríficos é feita pelo governo do país exportador, por isso, quem absorve a melhor remuneração desse produto são os exportadores, diferentemente das outras quotas cuja administração é feita pelos importadores.

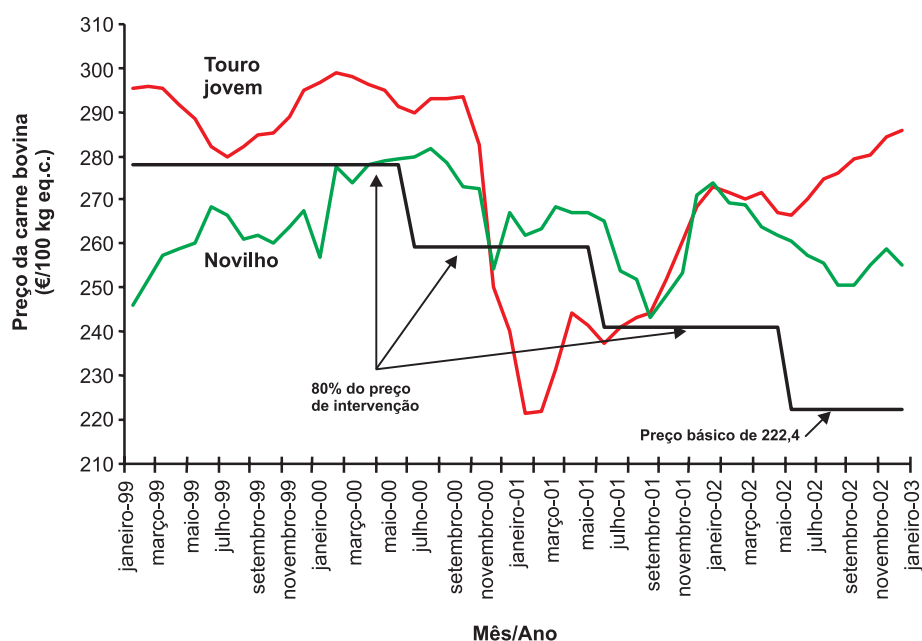


Fig. 2. Evolução mensal dos preços da carne bovina na UE.
Fonte: Hoelgaard (2003).

A importação de carne bovina pagando *Full Levy* vem ampliando a cada ano, gerando uma grande surpresa e apreensão por parte dos produtores locais que acreditavam que, com os picos tarifários provenientes da tarifificação implementada pós Rodada Uruguai, seria impossível entrar carne fora das quotas estabelecidas, previsão esta que não se concretizou.

Com relação à carne bovina congelada, a UE estabeleceu uma quota global anual de 53 mil toneladas, denominada informalmente de "Quota GATT". Para as importações que ocorrem dentro desse volume, é aplicada a tarifa *ad valorem* de 20% sobre o valor C&F. Porém, diferentemente da Quota Hilton, apenas os detentores de licença desta quota podem importar com a alíquota reduzida. Dessa forma, as empresas importadoras que as possuem, ou tem o direito de importar o produto pagando menos impostos ou acabam negociando essa licença com outras empresas interessadas, mesmo sendo esta uma ação proibida. Assim, essa licença acaba tendo um alto valor de mercado, podendo chegar a superar os US\$ 2.500. Quando se detém licenças dessas quotas, justifica-se eventualmente a importação de cortes não tão nobres como quando se tem que pagar a tarifa cheia (*Full Levy*) quando praticamente só é feita importação de cortes de alto valor de mercado.

A administração dessas quotas foi dada ao importador, pois cada um queria preservar seus fornecedores tradicionais, mas o mais forte argumento usado pelos importadores e produtores locais para permanecer essa situação é o do risco de corte de fornecimento em vista a um eventual problema sanitário de um determinado fornecedor, não podendo deixar o abastecimento europeu vulnerável em caso de um eventual problema sanitário em um país detentor da quota. Porém, sabe-se que a principal razão para se manter este status quo é mesmo econômico.

A metodologia de distribuição dessa quota é mudada freqüentemente por Bruxelas e, atualmente, é dividida em 30% para importadores tradicionais e 70% para novos importadores. Desde que esse processo foi mudado, invertendo a posição anterior, concedendo maior espaço para

novas empresas, o que ocorreu foi um aumento na abertura de novas sociedades e filiais, muitas vezes com os mesmos agentes envolvidos. Essas empresas foram criadas apenas com o intuito de obterem parcela das quotas.

Existe ainda outro tipo de quota, o "Industrial Tariff Quota (ITQ)" para importação de carne congelada que tenha como destino os processadores. Essa quota tem como quantidade total 50,7 mil toneladas se for importada com osso e 39,04 se importada desossada. É dividida entre dois tipos diferentes de quota ou "Schemes" A ou B.

Há atualmente um grande receio com relação aos preços internacionais praticados pelos países mais competitivos, como os da América do Sul, pois a Comissão Européia acreditava que o AoA proveniente da Rodada Uruguai não traria nenhuma mudança no mercado de carne bovina interna, pois a tarifificação obrigatória geraria tarifas tão elevadas para produtos cárneos que inviabilizariam as importações que excedessem as quotas estabelecidas. O fato é que de 1995 até hoje as importações de carne com pagamento de *Full Levy* só têm aumentado, chegando perto das 150 mil toneladas métricas em 2005.

Por essa razão a UE lutará para reduzir o mínimo possível as tarifas de seus produtos considerados sensíveis ou pouco competitivos no cenário internacional, como a carne bovina. A UE tentará também não ampliar as quotas tarifárias, usando a justificativa de que a medida não faria sentido, pois as importações em *Full Levy* estão sendo continuamente ampliadas, significando que as tarifas, apesar de extremamente elevadas, não são proibitivas. O que poderia mudar esta concepção seria uma negociação internacional mais ampla cujas quotas poderiam entrar no processo de *trade offs* como no acordo UE-Mercosul.

Com a finalidade de conseguir mercado ao excesso de oferta de alguns cortes de reduzida demanda interna, na maioria das vezes proveniente do descarte de animais do rebanho leiteiro, a UE utiliza o mecanismo de restituição às exportações. Esses subsídios são concedidos para tornar competitivo um produto que seria

impossibilitado de ser vendido sem esse instrumento para reduzir os preços artificialmente elevados, colocando-os em patamar viável de negociação, próximo das cotações internacionais.

A carne bovina só perde para o açúcar e os produtos lácteos no montante financeiro alocado a esta função. Em 2002, a Comissão Européia destinou € 3,44 bilhões em restituições através do seu principal fundo, o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (Feoga). A carne bovina absorveu € 386,7 milhões deste total ou 11,23%. O montante de carne bovina exportado com subsídios pela UE (483,5 mil toneladas notificadas em 2001) é ainda bastante inferior ao permitido pela OMC para este bloco, que é de 821,7 mil toneladas. Isso significa que, com as absurdas regras vigentes da OMC que ainda permitem essa prática, há muito banida para produtos não agrícolas, a UE pode ampliar ainda mais suas exportações subsidiadas.

Impactos da redução do protecionismo internacional na carne bovina na pecuária brasileira

Os resultados das simulações de uma eventual liberalização do mercado de carne bovina na UE foram publicados pelo Meat and Livestock Australia (2001, 2002a, 2002b). Nestes, o principal beneficiado seria o Brasil, com ganhos superiores a US\$ 1,2 bilhões anuais se somados

os avanços nos três pilares. Não há dúvida de que a medida que mais impactaria positivamente o mercado internacional de carne bovina seria a ampliação do Acesso a Mercados, principalmente na redução dos picos tarifários de alguns países. Por isso, este deve ser o foco principal das negociações internacionais em curso. Porém, a eliminação dos subsídios às exportações tem um impacto bastante significativo para o Brasil.

Considerações finais

Quando se faz uma simulação dos preços de exportação de um quilo de corte nobre para a UE (Tabela 2), observa-se que este pode apresentar um acréscimo de até 555% do preço originalmente exportado (FOB Santos) e pago pelo consumidor europeu. Custos maiores de transporte ou dos impostos de importação geram menores preços pagos ao exportador brasileiro. Esta penalidade exercida tem basicamente duas maneiras de ser revertida, uma mediante redução das barreiras tarifárias, o que é conseguido por meio de negociações internacionais ou melhoria da qualidade do produto exportado.

Para se conseguir essa melhoria na qualidade que está relacionada basicamente a atributos como maciez, os três caminhos conhecidos são: pelo lado da indústria, a boa maturação; e do lado dos produtores, melhorar a genética com cruzamentos utilizando sangue

Tabela 2. Exportação de um quilo de corte nobre para o mercado da UE (em US\$).

Descrição	Hilton	Gatt	Full Levy
Preço FOB Santos	6,65	4,35	4,35
Frete marítimo H. Sud 20"	0,21	0,21	0,21
Seguro 0,18%	0,01	0,01	0,01
Valor CIF porto UE	6,87	4,57	4,57
Imposto <i>ad valorem</i> (Duty)	20% = 1,37	20% = 0,91	12,8% = 0,58
Desembaraço (BAF, THC etc.)	1,00	1,00	1,00
Imposto específico (Levy)	0	0	3,81
Licença	0	2,5	0
Preço unitário/kg internalizado	9,24	8,98	9,96
Preço varejo/kg £15 x 1,90	28,50	28,50	28,50
Diferença CIF UE/FOB Santos	39%	106,4%	129%
Diferença varejo UK/FOB Santos	328%	555%	555%

Fonte: Pesquisa do autor.

européu; e reduzir a idade média de abate dos animais. A maneira mais eficiente de se incentivar uma rápida transformação nessa área seria a implantação da classificação de carcaças transparente, a fim de estimular a produção de animais que interessam aos frigoríficos exportadores.

Ao mesmo tempo da execução do trabalho em cima da qualidade, deve-se investir na promoção, seja no âmbito institucional (*Brazilian Beef*) ou no individual (por marca de frigorífico). O consumidor europeu ainda não relaciona o Brasil como produtor de carne bovina, diferentemente da Argentina. Poucos sabem que o país é grande produtor e maior exportador mundial. Isso faz com que os supermercados e atacadistas tentem não demonstrar a origem do produto em destaque. Declaram a origem por obrigação, com fonte mínima permitida (temem que os consumidores os relacionem ao desmatamento de florestas ou mesmo à falta de higiene e sanidade). Outra forma de marketing bem eficiente é a promoção de visitas técnicas ao Brasil de: jornalistas especializados, traders, cadeias de *fast food* e restaurantes, chefes de cozinha, etc.

Pelo lado da redução tarifária, é extremamente importante o aprimoramento do lobby junto à Comissão Europeia em Bruxelas através do fortalecimento da Missão Brasileira e uma maior aproximação da iniciativa privada. Outra ação contínua deve ser feita junto às associações de importadores de carnes, trabalhando na elaboração de sugestões nas negociações entre os blocos.

No entanto, o dever de casa deve ser feito no que diz respeito ao aprimoramento cada vez mais intenso da defesa sanitária brasileira, assim como a ampliação da fiscalização quanto ao

abate informal e o uso de cama de frango e farinha de carne.

Deve-se também aprimorar o *lobby* interno no intuito de mostrar melhor a importância desse setor como gerador de divisas e empregos para o País, fato este muitas vezes negligenciado no decorrer das negociações internacionais, fazendo com que muitas vezes nossos negociadores acabem influenciados pelos setores defensivos avessos a maior abertura de mercados. Está, neste pilar de acesso a mercados, os principais ganhos que podem ser galgados pelo setor da pecuária de corte do Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Alice web**. Disponível em: < <http://www.aliceweb.developpement.gov.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2006.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Situação e perspectivas**: sector da carne de bovino. Bruxelas, 1997. 61 p.

FAO. **Global meat markets**. Bruxelas, 2003.

HOELGAARD, Lars. **WTO agricultural negotiations and CAP reform consequences for the meat sector**. Punta del Este: IMS: OPIIC Regional Meeting, 2003.

MEAT AND LIVESTOCK AUSTRALIA. **Global beef liberalisation**: state of play and who gains. North Sydney, 2001. 19 p. (Magellan project, 1).

_____. **Global beef liberalisation**: gains from reducing production and export subsidies. North Sydney, 2002a. 45 p. (Magellan project, 2).

_____. **Global beef liberalisation**: what the WTO doha round proposals mean. North Sydney, 2002b. 28 p. (Magellan project, 3).

OCDE. **Agricultural policies in OECD countries monitoring and evaluation**. [Washington], 2003.

SIMPSON, James R. Long term projections of livestock, meat and feedstuffs in China: focus on beef production potential. In: ANNUAL MEETING OF WCC, 101., Portland, 2003. **Paper presented...** Portland, 2003. 19 p.